

Proposta de R\$3.800.

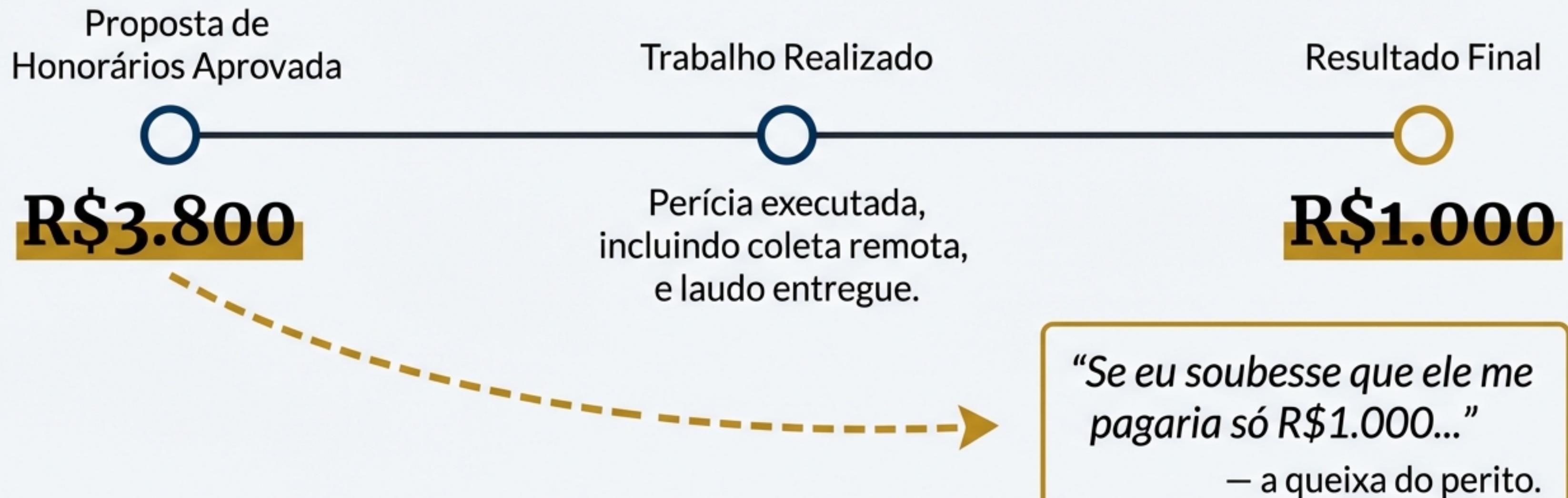
Pagamento de R\$1.000.

O que aconteceu?

Desvendando a realidade financeira e os desafios
sistêmicos da perícia judicial no Brasil.

A história real que iniciou a discussão.

Um perito grafotécnico, atuando em um processo no TJBA, **compartilha sua frustração** em um grupo de profissionais:



A Causa Raiz: Entendendo a Justiça Gratuita.

Quando a parte que solicita a perícia é beneficiária da Justiça Gratuita, a responsabilidade pelo pagamento dos honorários do perito muda.



A Parte solicita a perícia:

O autor do processo necessita do laudo técnico.

Benefício da JG:

O autor é protegido pela Justiça Gratuita.

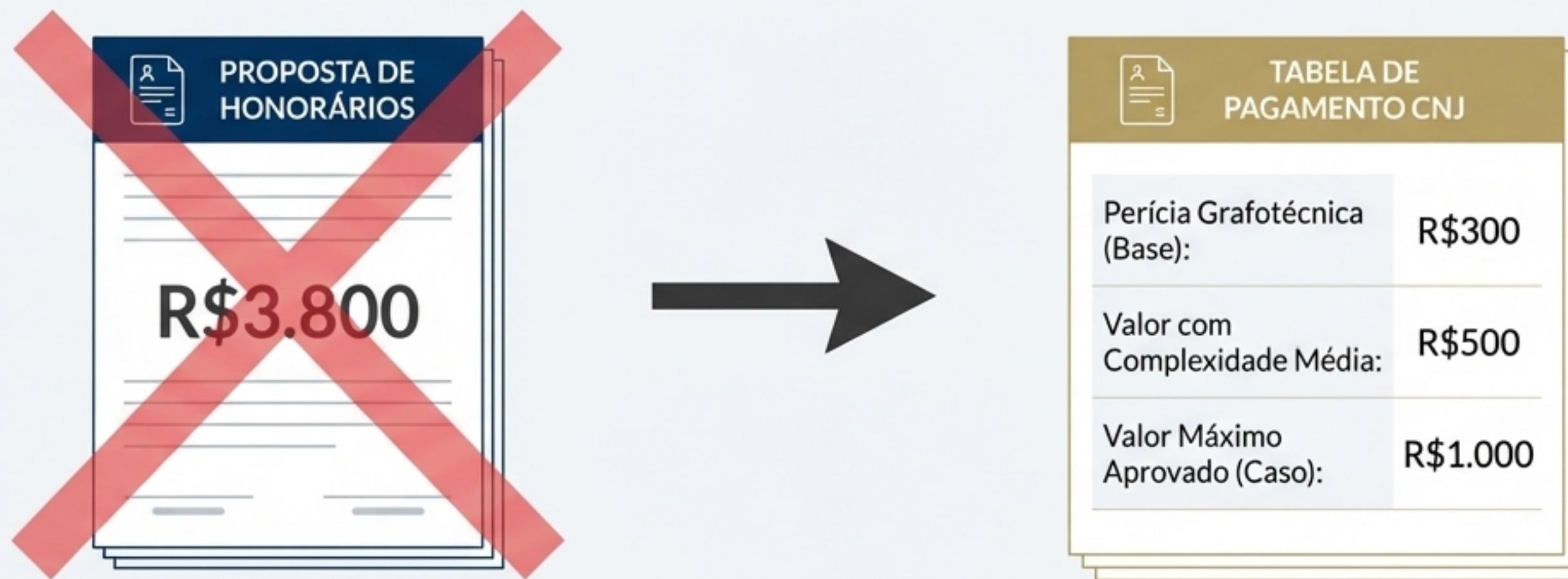
O Pagador Muda:

Quem paga os honorários não é mais a parte, e sim o Estado.

Este é o ponto de partida para entender por que **o valor proposto nem sempre é o valor recebido.**

O Estado não paga o valor proposto. Ele segue uma tabela.

O Estado paga os peritos com base em valores fixos estipulados na tabela do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que são, em geral, muito inferiores aos valores de mercado.



Fato Relevante (do vídeo)

O valor base da tabela pode ser tão baixo quanto R\$300. No caso do perito, receber R\$1.000 foi, na verdade, "sorte".

Ponto de Atenção

É possível solicitar ao juiz um pagamento de até 5 vezes o valor da tabela, mas a aprovação não é garantida.

Se o valor é um problema, a espera é ainda pior.

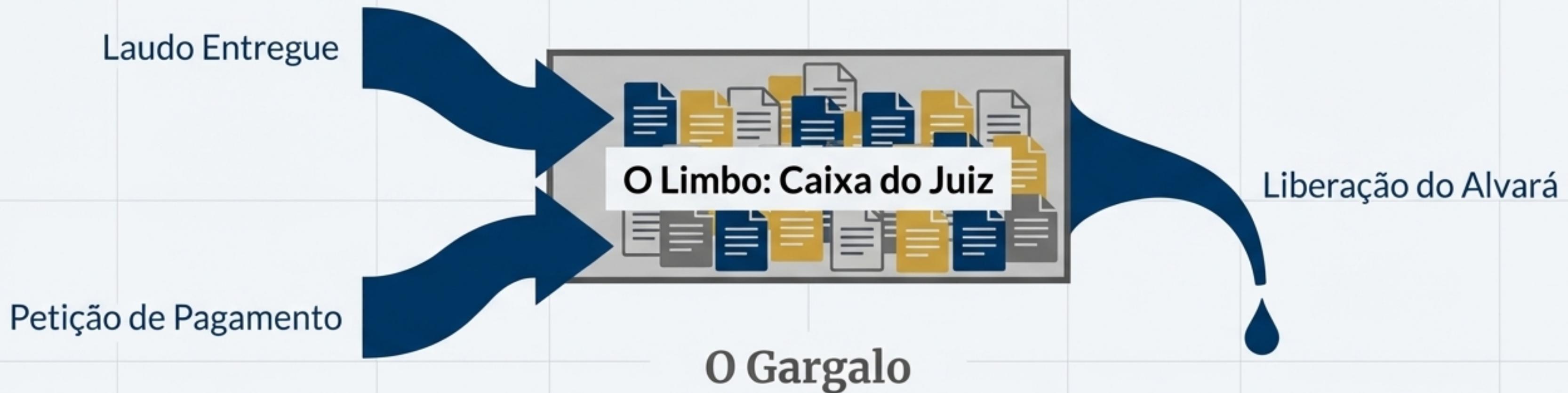
A segunda grande queixa do perito foi a demora para receber: “Entreguei um laudo em agosto e até agora não recebi”.

A Realidade da Morosidade

A incerteza do prazo de pagamento é uma das maiores dificuldades da carreira. Não se trata de dias ou semanas, mas frequentemente de meses de espera.



Por que o pagamento demora? A “boa vontade do juiz”.



A liberação do alvará não é automática. Ela depende diretamente do volume de trabalho e da prioridade que o juiz dá a esses pedidos. Não há um prazo definido.

“Você liga lá na vara... ‘tá lá na caixa do juiz, é ele que tem que decidir.’”

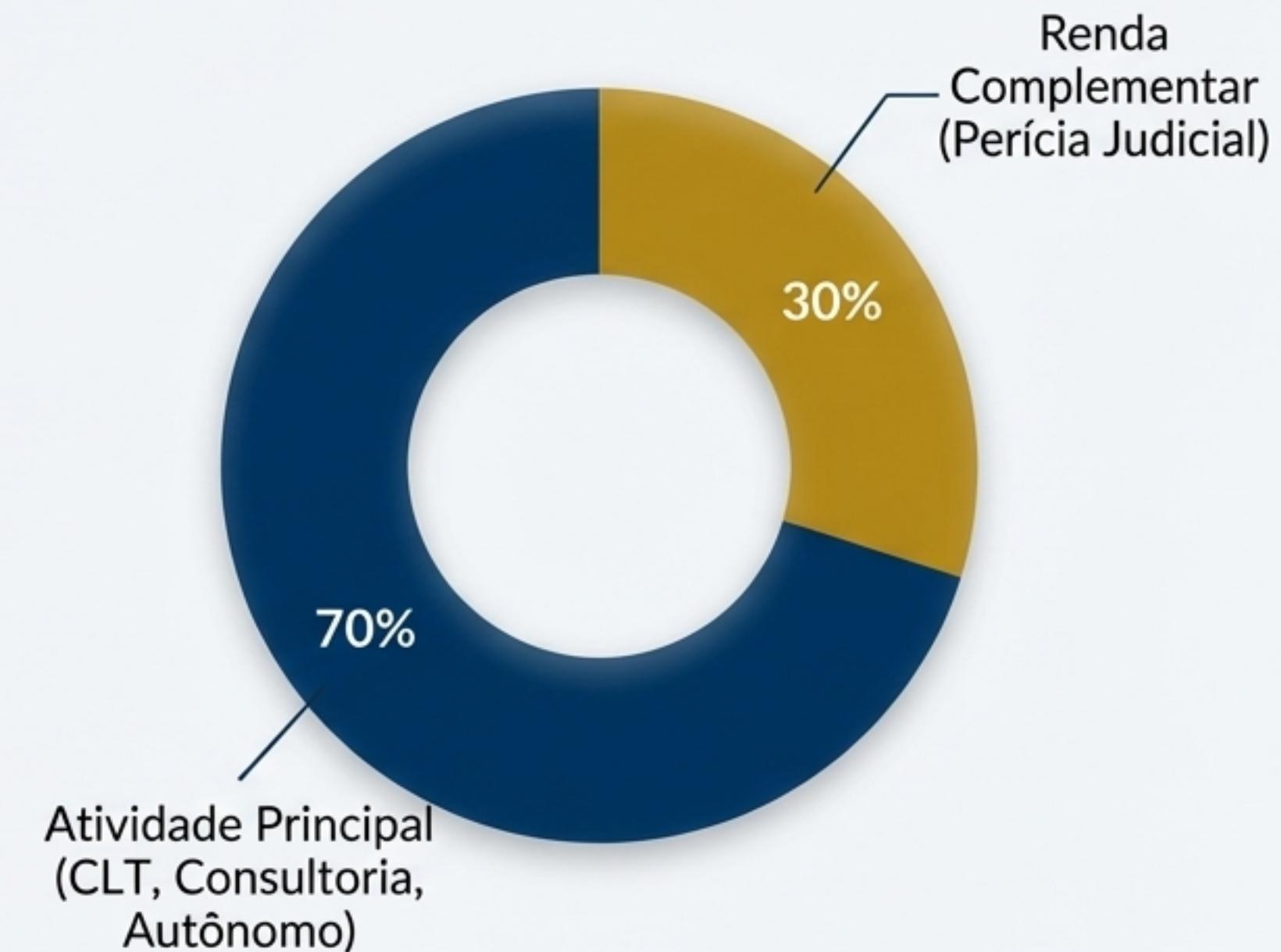
A dura verdade: é possível viver apenas de perícia judicial hoje?

A Resposta Direta

Infelizmente, na maioria dos casos, não. A imprevisibilidade de valores e a morosidade nos pagamentos tornam a carreira de perito judicial muito difícil de sustentar como única fonte de renda.

A Realidade Prática

Muitos profissionais experientes tratam a perícia como um 'bico' ou uma fonte de renda complementar, e não como sua atividade principal.



Mas e se eu ligar para a Vara? E se eu peticionar de novo?

A Limitação da Ação Individual

O perito do caso real já havia tentado de tudo:

- ✓ Apresentou múltiplas petições.
- ✓ Ligou para a Vara e para a Assessoria.

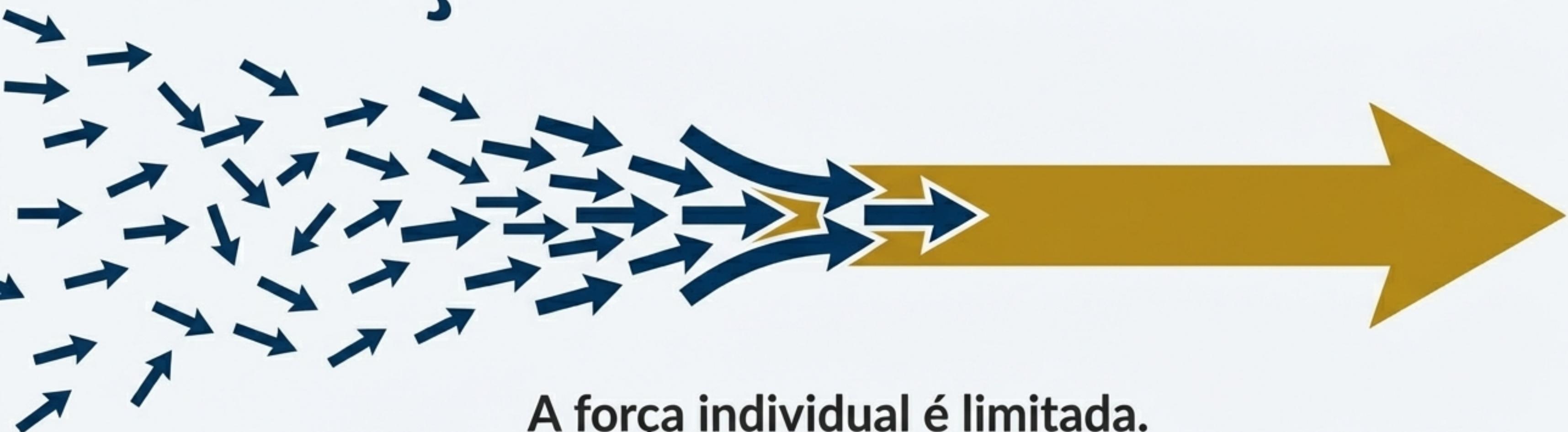
O Diagnóstico

Ações individuais têm efeito limitado quando o problema não é o seu processo específico, mas sim o sistema como um todo. A resposta é quase sempre a mesma: “tem que aguardar a boa vontade do juiz”.



Conclusão: Insistir individualmente gera desgaste e poucos resultados.

**Se o problema é o sistema,
a solução é mudar o sistema.**



A força individual é limitada.
A força coletiva é transformadora.

A Proposta: ANP - Associação Nacional de Peritos.



O Que é?

Uma iniciativa para criar uma entidade com representatividade nacional, unindo peritos de todas as áreas.

A Missão Principal

Lutar por mudanças legislativas que protejam, valorizem e tragam previsibilidade ao trabalho do perito judicial.

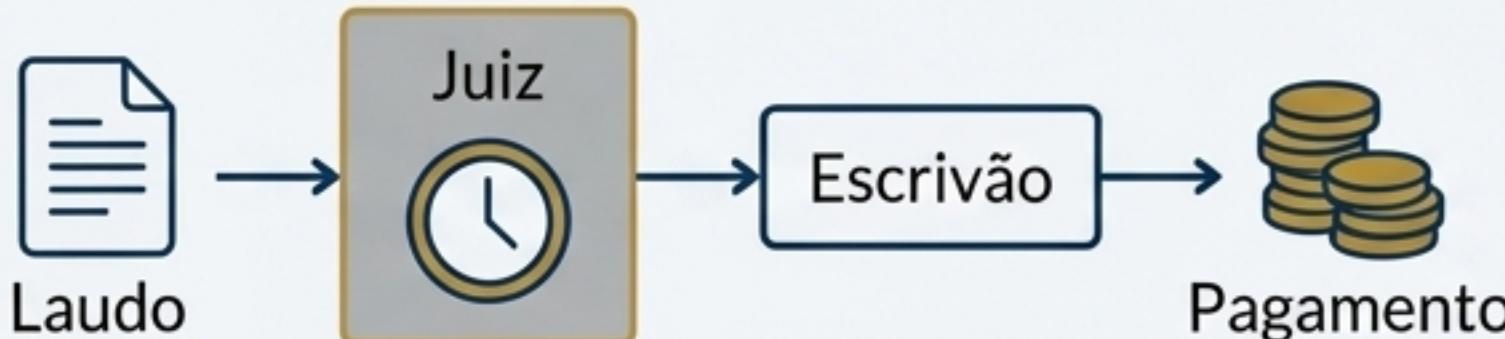
Como?

Através da união da classe, a ANP terá força para dialogar com o Congresso Nacional e propor projetos de lei que resolvam os problemas na sua origem.

Reivindicação #1: Agilizar o Pagamento dos Honorários.

O Problema Atual

A dependência da assinatura do juiz para liberar o pagamento.



A Proposta de Lei

Alterar o Código de Processo Civil (CPC) para que o escrivão da vara tenha autorização para emitir o alvará de pagamento assim que o laudo pericial for juntado ao processo.



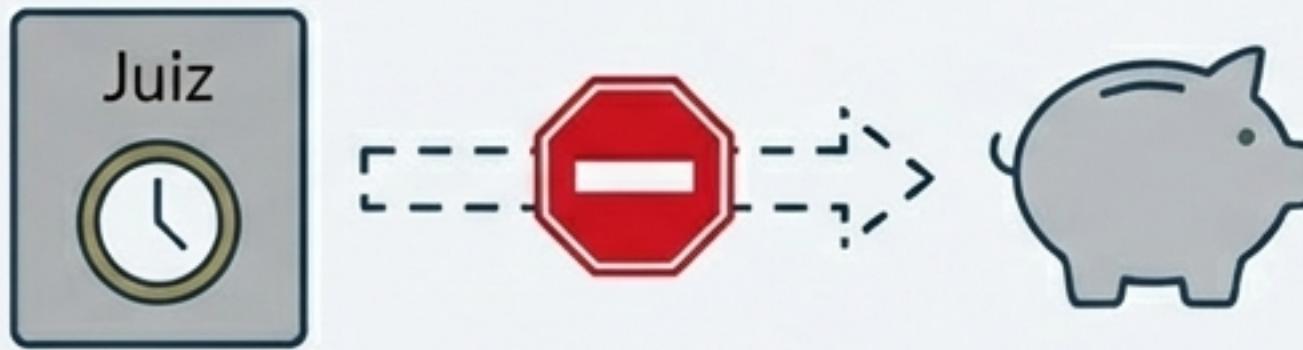
O Impacto Esperado

- Fim da espera pela "boa vontade do juiz".
- Transforma o pagamento em um ato administrativo, não mais jurisdicional.
- Reduz drasticamente o tempo entre a entrega do laudo e o recebimento dos honorários.

Reivindicação #2: Garantir o Adiantamento de 50%.

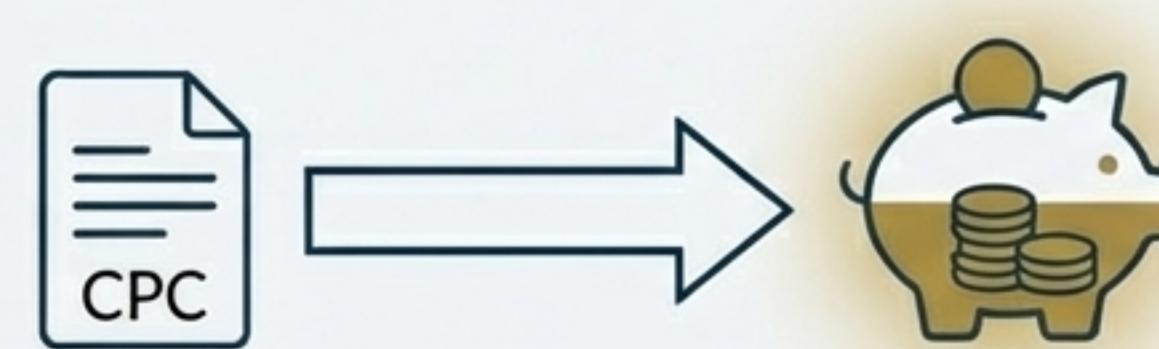
O Problema Atual

Embora o CPC preveja a possibilidade de adiantamento de 50% dos honorários, sua liberação também depende de uma decisão do juiz, o que muitas vezes não acontece ou demora.



A Proposta de Lei

Aprimorar o artigo do CPC para que a liberação dos 50% de adiantamento seja um direito automático do perito, podendo ser liberado pelo escrivão sem a necessidade de um despacho específico do juiz para cada caso.



O Impacto Esperado

- Garante o fluxo de caixa mínimo para o perito cobrir os custos iniciais da perícia.

O Poder da Representatividade.

Sozinhos, somos apenas vozes isoladas. Juntos, como uma associação com milhares de membros, nos tornamos uma força política.



O futuro da perícia judicial depende de nós.

A mudança não virá de cima para baixo ou por acaso.
Precisamos nos organizar para construir uma carreira de perícia mais
justa, previsível e valorizada para a geração atual e para as futuras.

A união é o primeiro e mais crucial passo.



Ferramentas e Próximos Passos.



Participe da Discussão

Junte-se aos grupos de WhatsApp e Telegram.

Link: fala.host/grupos



Aumente sua Visibilidade

Cadastre-se gratuitamente no Banco de Peritos.

Link: fala.host/bancodeperitos



Calcule seus Honorários

Utilize a Calculadora de Honorários como apoio.

Link: fala.host/calculadora



Crie seu Cartão Virtual

Ferramenta gratuita para marketing profissional.

Link: fala.host/cartao

